

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUA IMPORTÂNCIA PARA PROFESSORES DE MATEMÁTICA ENTREVISTADOS EM UM CEJA NA CIDADE DE FORTALEZA

THE HISTORY OF BRAZILIAN EDUCATION AND ITS IMPORTANCE FOR MATHEMATICS TEACHERS INTERVIEWED AT A CEJA IN THE CITY OF FORTALEZA

Kamilla de Oliveira Pinheiro¹; Francisca Giselle Alves da Silva²;
Marillia Mcdonald Gomes Farias³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um breve histórico sobre a educação brasileira e mostrar a opinião de alguns professores de matemática sobre a importância da história da educação brasileira para o fazer docente. O estudo é de natureza qualitativa, se caracterizando como um estudo de caso, baseado na análise de entrevistas com quatro professores de matemática, entre efetivos e temporários, que responderam a respeito da importância da história da educação brasileira. A respeito das entrevistas, as respostas evidenciam a complexidade existente entre a história da educação e a prática docente. De modo geral, conclui-se que o estudo sobre a educação brasileira é fundamental para os docentes, principalmente os de matemática. Apesar dos avanços na educação, ainda há muito a ser melhorado, como por exemplo, o desenvolvimento de uma prática mais consciente e contextualizada. O trabalho aponta que são de extrema relevância investimentos nesta área, tanto para pesquisas, quanto para a melhor atuação docente.

Palavras-chave: história da educação; matemática; prática docente.

¹ Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Graduanda em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); Especialista em Novas tecnologias Educacionais pela Faculdade Futura. Professora de informática no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Jacupemba, número 84, Mondubim, Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP: 60765-000. E-mail: kamillaopinheiro@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0462-7317>.

² Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (UNIP), Graduanda em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Pós-graduanda em Matemática Financeira e Estatística pela Faculdade Iguazu. Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Travessa Divina, número 54, Siqueira, Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP: 60736-122. E-mail: jobsdagi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1820-5040>.

³ Graduanda em Gestão de Pequenas e Médias Empresas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Tecnóloga em Processos Gerenciais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Graduanda em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Especialista em Informática e Comunicação na Educação pela Universidade Cândido Mendes. Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Domingos Olímpio, número 2297, Farias Brito, cidade: Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP: 60015-103. E-mail: marilliamgf@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9544-8971>.



ABSTRACT

This article aims to present a brief history of Brazilian education and show the opinions of some mathematics teachers on the importance of Brazilian educational history for teaching practice. The study is qualitative in nature, characterized as a case study based on the analysis of interviews with four mathematics teachers, including both permanent and temporary staff, who responded regarding the importance of the history of Brazilian education. Among the results obtained concerning the historical study of education, the responses from the interviews highlight the complexity existing between the history of education and teaching practice. In general, the study points out that the study of Brazilian education is essential for educators, especially those graduated in mathematics. Despite advancements in education, there is still much to be improved, such as the development of a more conscious and contextualized practice. In conclusion, it is of utmost importance to invest in this area, both for research and for enhancing teaching effectiveness.

Keywords: History of Education; Mathematics; Teaching Practice.

Introdução

A história da educação brasileira é marcada por períodos distintos que moldaram significativamente o sistema educacional do país. Este artigo explora os períodos colonial, imperial, republicano e outros marcos históricos que influenciaram a trajetória educacional do Brasil e que ainda influenciam na atuação docente dos brasileiros.

No período colonial, a educação era fortemente influenciada pela Igreja Católica, especialmente pelos jesuítas, que ficavam na catequese dos indígenas e na educação da elite. Essa época estabeleceu as bases de um binômio que persiste até os dias atuais: elitismo e exclusão. A limitação do acesso à educação para as classes mais baixas perpetuou e ainda perpetua as desigualdades sociais no nosso país.

O período imperial, iniciado com a independência em 1822, centralizou a educação nas mãos do imperador, que priorizou as soluções imediatas para problemas políticos e econômicos, deixando a educação em segundo plano. A igreja ainda mantinha as barreiras para o avanço científico e continuava, mesmo depois de séculos, restringindo o acesso à educação para as classes mais baixas.

A República, iniciada em 1889, trouxe mudanças substanciais com a Constituição de 1891, separando Igreja e Estado. Essa separação permitiu avanços no ensino de ciências, artes e técnicas, embora o problema com o analfabetismo ainda persistisse. Reformas significativas foram implementadas, promovendo a autonomia dos Estados na gestão educacional.

O período Vargas (1930-1963) marcou uma busca por modernização, com destaque para a reforma de Francisco Campos (1931) e a influência do movimento Escola



Nova. A era militar (1964-1985), por sua vez, foi um regresso para a educação, pois o controle autoritário, a imposição ideológica e a repressão, afetaram negativamente a qualidade do ensino. Com a redemocratização, após 1985, houve mudanças substanciais, com destaque para a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que promoviam a universalização do ensino e a gestão democrática.

A matemática no Brasil também desempenhou um papel crucial, desde a influência dos jesuítas no período colonial até a expansão do ensino em diversas áreas no século XX. A criação do IMPA em 1952 marcou avanços na pesquisa matemática, mas alguns desafios persistem até hoje, como as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

Com base no estudo histórico sobre a história da educação, foram realizadas entrevistas com professores de matemática para entender qual a visão deles sobre a importância da historicidade educacional brasileira, o que revelou que os docentes consideram relevante este estudo para o fazer docente, evidenciando a complexidade da relação entre a história da educação e o ensino contemporâneo.

Partindo do pressuposto de que os professores entrevistados já possuíam conhecimento sobre a história da educação, foi questionado a eles sobre a importância do estudo da História da Educação Brasileira para o fazer docente e sobre os aspectos dessa história que têm maior influência na educação atual. Isso é uma abordagem valiosa para obter perspectivas diretas dos profissionais que estão na linha de frente do ensino. As principais perguntas que os docentes responderam foram: qual a importância do estudo da História da Educação Brasileira para o fazer docente e quais aspectos da História da Educação no Brasil você considera de maior influência na educação dos dias atuais.

Durante a pesquisa foi utilizado o estudo de caso com abordagem qualitativa. Segundo YIN, Robert K (2018) "O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos." As entrevistas foram realizadas através do *Google Forms* com quatro professores de matemática, incluindo efetivos e temporários, que discutiram a importância da história da educação brasileira.

Enfatizou-se a importância da análise histórica na formação docente, destacando como essa abordagem é crucial para promover práticas de ensino mais conscientes e



contextualizadas. A compreensão das complexidades do sistema educacional brasileiro é fundamental para a implementação de políticas e práticas que possam melhorar efetivamente a qualidade da educação.

Educação brasileira: um breve histórico

O primeiro momento a ser discutido sobre a história da educação brasileira é durante o período colonial, de acordo com Fausto (2009, p. 41), este período pode ser dividido em três momentos: “O primeiro vai da chegada de Cabral à instalação do governo geral, em 1549; o segundo é um longo lapso de tempo entre a instalação do governo geral e as últimas décadas do século XVIII; o terceiro vai dessa época à independência, em 1822”.

A educação no período colonial tinha forte influência religiosa e das classes dominantes da época “considera-se que a história da educação brasileira se inicia em 1549 com a chegada desse primeiro grupo de jesuítas” (SAVIANI, 2011, p. 26). A igreja católica era quem dominava a educação, principalmente os jesuítas, que catequizavam os indígenas, com o objetivo de difundir o catolicismo pelo mundo evitando o avanço do protestantismo. Além da educação indígena, os jesuítas fundaram escolas religiosas para educar a elite colonial. Como o acesso às escolas religiosas era restrito, a camada pobre da população tinha pouco ou nenhuma instrução de ensino.

Os padres da Companhia de Jesus restringiam boa parte dos seus ensinamentos somente à elite, e assim, “... os colégios da Companhia de Jesus transformaram-se em verdadeiros redutos educacionais ... Desse modo, inaugurou o binômio que vai marcar até os dias atuais: o elitismo e a exclusão”. (Ferreira Jr., 2010, p. 26-27).

As escolas religiosas eram voltadas para a educação de jovens, enfatizando a hierarquia das relações sociais nas colônias, com o ensino voltado aos princípios religiosos da época, centrado nas línguas clássicas, como o latim e o grego e também traziam o conteúdo histórico sobre o presente e passado da metrópole portuguesa. Essas escolas pouco desenvolviam as habilidades práticas e técnicas de seus alunos, eram voltadas primordialmente ao ensino intelectual, o que resultou em uma priorização das atividades religiosas sobrepostas às científicas.

A Igreja Católica exercia controle sobre o acesso às informações e censurava as ideias que fossem contrárias à religião. Isso restringia o desenvolvimento de



conhecimento científico que possivelmente iria contradizer os dogmas da igreja dominante da época. De maneira geral, a educação colonial objetivava manter a ordem vigente, mantendo o poder da metrópole sobre a colônia brasileira.

Um outro período histórico é o imperial brasileiro que foi iniciado em 07 de setembro de 1822, quando ocorreu a Independência do Brasil. Algumas características foram marcantes desse período, como a centralização da educação nas mãos do imperador, que preferiu investir na busca de soluções imediatas para os problemas políticos e econômicos, deixando assim em segundo plano a educação.

Nesse período, foram criadas as primeiras diretrizes para a educação brasileira, permitindo a criação das escolas primárias “em todas as cidades, vilas e lugares populosos” (Saviani, 2011, p. 129); nesse período também surgiu a primeira faculdade de direito e outra de medicina, o que favoreceu o avanço da formação profissional, visando atender às necessidades de parte da sociedade da época. “A criação desses dois cursos superiores visava à formação da elite escravocrata brasileira. Esses foram os únicos cursos de direito em todo o Império” (Ferreira Jr., 2010, p. 37).

Nesse período, a influência religiosa continuou limitando o avanço científico e restringindo o acesso à educação para as classes mais baixas, o que contribuiu para a perpetuação das desigualdades sociais.

Após o império, veio o Brasil República, liderado por militares e cafeicultores. A Constituição Republicana de 1891, baseada no modelo norte-americano, garantiu a autonomia dos Estados, transformando as antigas províncias em Estados autônomos. A Constituição também estabeleceu a separação entre Igreja e Estado, encerrando a influência direta da Igreja Católica nas questões políticas e educacionais.

Durante o período republicano a educação teve como principal aliado a constituição de 1891 que possibilitou a organização escolar, influenciada pelas ideias liberais e positivistas. Esta Constituição determinava que a responsabilidade pela educação ficava com os Estados. O ensino foi desvinculado da religião, contribuindo para o avanço no ensino de ciências, artes e técnicas de trabalho. O ensino em estabelecimentos públicos deveria ser leigo, conforme estabelecido no §6º do Art. 72 da Constituição de 1891.



A reforma proposta pelo militar Benjamin Constant⁴ priorizava conhecimentos científicos, como matemática, astronomia, física, química, que buscavam priorizar a formação humana baseada na ciência.

Diversas reformas foram implementadas durante o período republicano, como a reforma Rivadávia Correia (1911) que resgatou ideias do positivismo e liberalismo, concedendo total autonomia às escolas e restabelecendo a formação científica do aluno secundarista; A Reforma Carlos Maximiliano (1915) que instituiu a oficialização do ensino, reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o ingresso nas escolas superiores, entre outras.

A preocupação em aplicar modelos importados, desvinculados das necessidades da sociedade brasileira, acentuou o problema do analfabetismo, atingindo 75% da população em 1920.

Diversas manifestações culturais e políticas, como a Semana de Arte Moderna (1922), o Movimento do Forte de Copacabana (1922), fundação do Partido Comunista, Revolta Tenentista (1924) e Coluna Prestes (1924 a 1927), refletiram a insatisfação com a situação educacional e política. No entanto, desafios como analfabetismo e a dependência cultural e econômica persistiram, contribuindo para manifestações e mudanças políticas.

A Revolução de 1930 deu fim à República Velha e inaugurou a chamada Era Vargas. Foi um período caracterizado por transformações profundas, provenientes de eventos políticos e sociais da época. A Reforma Francisco Campos (1931), sob o governo de Getúlio Vargas, buscou modernizar o sistema educacional, estabelecendo a escolaridade obrigatória e reorganizando o ensino secundário. Nesta época, foi criado o Ministério da Educação e Saúde (MES), centralizando a gestão educacional.

A década de 1930 também testemunhou a influência do movimento Escola Nova, que promovia métodos educacionais progressistas, focados no aluno e na prática. O "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (1932), liderado por educadores como

⁴ Militar responsável pelo golpe que levou à Proclamação da República em 1889. Ficou conhecido também por ser um grande educador, dedicando-se à Matemática e à Física. Veja mais sobre "Benjamin Constant" em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/benjamin-constant-botelho.htm>



Anísio Teixeira, defendeu a renovação do sistema educacional, destacando a importância da educação pública, laica e gratuita.

O período viu uma expansão significativa do ensino superior, contribuindo para a democratização do acesso à educação de nível superior. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi marcado pelo desenvolvimento econômico e pela construção de Brasília, além de iniciativas para expandir o ensino técnico e científico.

Na década de 1950, surgiu o Movimento de Educação de Base (MEB), buscando promover a educação popular e comunitária, principalmente em áreas rurais. Em 1962, o governo de João Goulart inaugurou a Universidade de Brasília (UnB), reconhecida por sua proposta acadêmica inovadora e compromisso com a autonomia acadêmica.

Apesar desses avanços, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desafios, como desigualdades regionais, limitações de recursos e problemas estruturais. O período de 1930 a 1963 foi crucial na evolução da educação brasileira, estabelecendo bases para futuras transformações e enfrentando questões persistentes.

O período militar no Brasil, entre 1964 e 1985, foi caracterizado por mudanças significativas que deixaram marcas profundas na história da educação do país. Durante esse tempo, o governo militar implementou uma série de medidas que refletem o contexto político autoritário da época.

Uma das principais características desse período foi a centralização e controle exercidos pelo governo militar sobre a educação. A Doutrina de Segurança Nacional moldou a educação, promovendo uma visão conservadora e anticomunista. Disciplinas como Educação Moral e Cívica tornaram-se obrigatórias.

A Lei Suplicy de Lacerda (1971) representou um marco ao reestruturar o sistema educacional. Ampliou a obrigatoriedade do ensino e enfatizou a educação moral e cívica. No entanto, essa reestruturação visava mais a imposição ideológica do que a qualidade da educação.

O período militar também foi marcado por repressão e censura, especialmente contra movimentos estudantis e professores considerados opositores ao regime. Livros, filmes e conteúdos contrários à ideologia oficial eram alvo de censura.

A busca pela massificação do ensino básico resultou na expansão do sistema público, mas a qualidade do ensino frequentemente foi comprometida pelas imposições ideológicas e pela falta de investimentos.



Mesmo sob forte repressão, ocorreram manifestações e resistências por parte de estudantes, professores e intelectuais. Movimentos como o "Diretas Já" na década de 1980 clamavam por eleições diretas e foram cruciais para o fim do regime militar.

Houve muitas marcas provenientes do período militar na educação brasileira, impactando não apenas o sistema educacional, mas também a sociedade como um todo. O autoritarismo e a imposição de uma ideologia oficial tornaram inevitáveis o processo de reconstrução e redemocratização.

Após o fim da ditadura militar em 1985, a história da educação brasileira passou por mais transformações. Houve a retomada da participação social na definição de políticas educacionais. A Constituição de 1988 possibilitou a universalização do ensino, a gratuidade do ensino público e a gestão democrática.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 promoveu a descentralização da gestão educacional, fortaleceu a autonomia das escolas e adaptou o ensino às diversidades regionais e culturais. Na década de 1990 ocorreu a implementação de programas de inclusão, como o Projovem, e a adoção de cotas em instituições de ensino superior. O avanço tecnológico trouxe mudanças, com o uso de tecnologias da informação e comunicação na educação.

Apesar dos avanços, ainda existem diversos desafios a serem solucionados como a defasagem na qualidade do ensino e a urgência da valorização dos profissionais da educação.

A matemática e sua importância no Brasil: um breve histórico

A história da matemática no Brasil é secular, vem desde o período colonial. Ao longo desses séculos, a matemática passou por diversas fases até se tornar a disciplina curricular que estudamos nos dias atuais. Conhecer a história da educação matemática é de extrema relevância para compreendermos os desafios e problemas contemporâneos.

No período colonial, a matemática era usada somente nas atividades de navegação, agricultura ou no comércio. O ensino dessa disciplina era restringido pela igreja católica, que somente permitia conhecimentos intelectuais e que fossem favoráveis à doutrina religiosa.

Com a independência do Brasil, a matemática começou a ganhar espaço em instituições educacionais e científicas, principalmente nas escolas militares como o



Instituto Militar de Engenharia (IME) de 1810. Neste período a matemática começou a ser inserida no currículo escolar, mesmo que de forma tradicional e centrado na memorização.

No século XX houve a expansão do ensino de matemática em todos os níveis educacionais. O Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), criado em 1952, foi o principal órgão responsável por disseminar a cultura da pesquisa matemática no Brasil.

Durante a ditadura, com a centralização do sistema educacional, a matemática foi considerada essencial, como uma disciplina para a formação de mão-de-obra técnica e científica. Segundo Búrigo (2014, p. 23)

A difusão das ideias da chamada “Matemática Moderna”, no Brasil, teve início entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960, por iniciativa de grupos de professores em diferentes regiões do país. A disseminação das ideias modernizadoras não foi interrompida com a instauração da ditadura militar em abril de 1964.

Nas últimas décadas, muitos matemáticos brasileiros alcançaram reconhecimento internacional. A criação de programas de pós-graduação em matemática contribui para a formação de pesquisadores e conseqüentemente a produção de conhecimentos avançados. Estudantes brasileiros se destacam em competições nacionais e internacionais, como as Olimpíadas Brasileiras de Matemática (OBM) e as Olimpíadas Internacionais de Matemática (IMO).

De modo geral, a matemática no Brasil se moldou de acordo com os contextos políticos, sociais e econômicos. Atualmente, apesar dos avanços notáveis, o país enfrenta desafios, incluindo a necessidade de melhorias no ensino básico, aumento do investimento em pesquisa e apoio à formação continuada de profissionais em matemática, para que assim o ensino seja mais significativo, estimulante e acessível a todos os estudantes.

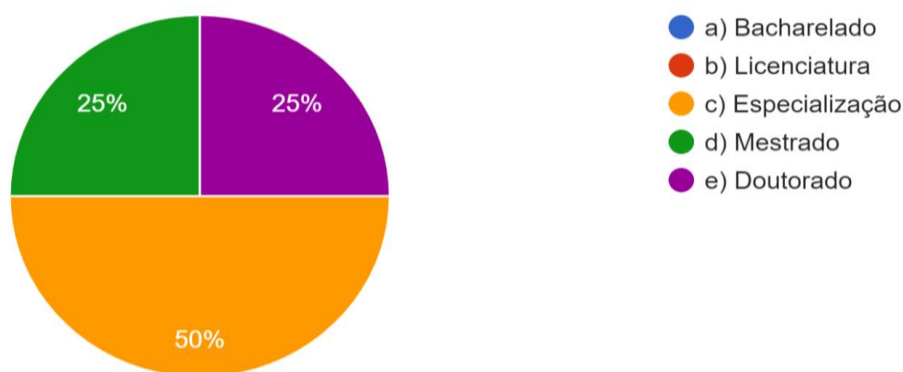
Resultado da Pesquisa - Análise e discussões

Entender a evolução da educação ao longo do tempo nos permite identificar sucessos e fracassos enfrentados por educadores de diversas épocas. Isso permite que os professores estejam conscientes dos padrões históricos e aprendam com experiências do passado.



Com o intuito de desvendar se os professores da atualidade possuem entendimento sobre a importância do conhecimento histórico da educação, foram realizadas entrevistas com quatro docentes. Todos possuíam vínculo direto com o CEJA (Centro de educação de jovens e adultos) durante o mês de dezembro de 2023. O critério para serem entrevistados é que eles fossem professores da disciplina de matemática. Dentre os envolvidos na pesquisa, 50% deles responderam que possuem especialização, 25% concluiu o mestrado e 25% concluiu o doutorado, como está representado a seguir:

Gráfico 1 – Nível de formação dos docentes entrevistados



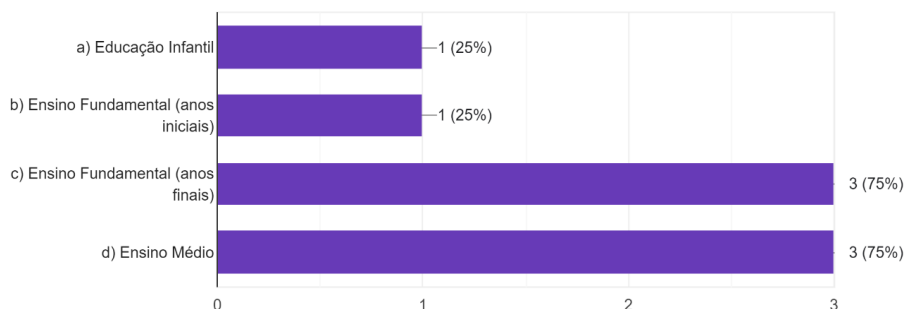
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Professores, muitas vezes, buscam pós-graduação para aprimorar suas habilidades profissionais; ganhar conhecimento especializado em uma área específica; realização pessoal, além da questão da busca pela melhoria salarial, já que funcionário público dispõe do plano de cargos que oferece acréscimo ao salário.

Na amostragem, foi entrevistado um professor que leciona na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; o segundo ensina nos anos finais do ensino fundamental e no médio; o terceiro docente trabalha nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, além de lecionar também no ensino médio e o terceiro professor ensina somente nos anos finais do ensino fundamental e no médio. Abaixo está a representação dessa área de atuação:



Gráfico 2 – Área de atuação dos entrevistados



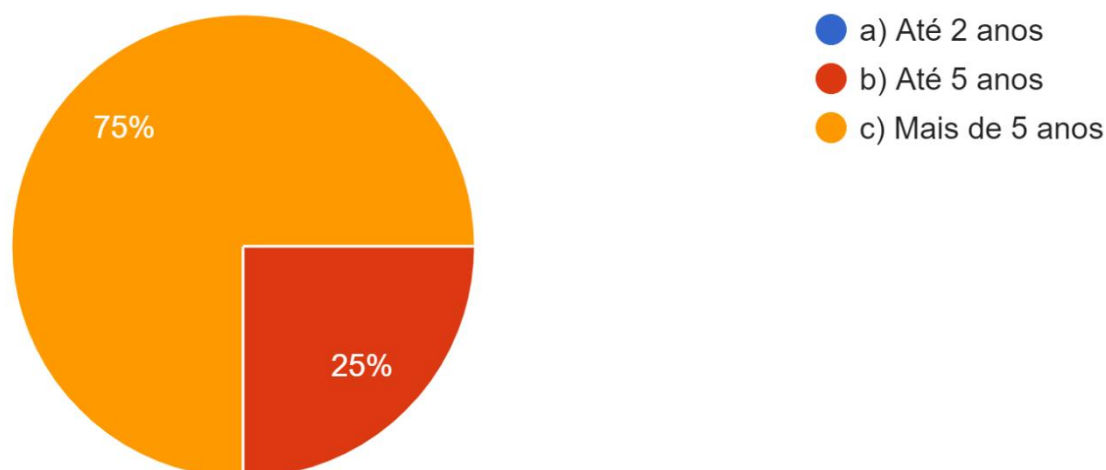
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Todos os quatro entrevistados ensinam no CEJA que é um órgão estadual e somente um deles ensina também no município.

Foi questionado a respeito do vínculo empregatício. Somente um deles possui contrato efetivo; os outros três são temporários. Os contratos de professores substitutos possuem duração determinada, no caso do CEJA geralmente dura o período de um ano. São profissionais necessários para cobrir uma ausência temporária, como licença médica, de estudos ou licença maternidade de um docente efetivo.

Em relação ao tempo de atuação desses docentes, três deles já lecionam há mais de cinco anos e somente um tem entre dois e cinco anos de docência, como está representado no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Tempo de atuação docente dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).



O tempo de atuação na docência mostra que a maioria dos entrevistados possui experiência considerável, o que pode influenciar positivamente na qualidade do ensino. A presença de um professor com contrato efetivo indica uma estabilidade que pode impactar tanto o profissional quanto o ambiente escolar.

Durante a entrevista, os quatro docentes foram questionados a respeito de qual a importância do estudo da História da Educação Brasileira para o fazer docente. O primeiro docente considera o estudo muito importante, mas não especificou razões. O segundo enxerga como "o básico" para a vida acadêmica e profissional, indicando uma visão mais pragmática da importância do conhecimento histórico. Já o terceiro professor destaca a relevância ao oferecer fundamentos que possibilitam problematizar os objetivos da educação em diferentes momentos históricos, compreendendo a relação entre esses objetivos e a realidade educativa, incluindo suas contradições. E o quarto entrevistado vê a importância como uma forma de compreender os desafios da educação, indicando a utilidade do conhecimento histórico para enfrentar as questões contemporâneas.

A segunda pergunta aberta foi: "Quais aspectos da História da Educação no Brasil você considera de maior influência na educação dos dias atuais"? O primeiro professor se exime de responder a esse questionamento. O segundo docente destaca a influência da cultura "afro-brasileira e europeia", indicando possíveis referências culturais e históricas que impactam a educação contemporânea. O terceiro identificou múltiplos aspectos influenciadores, incluindo a presença jesuítica, a reforma Capanema de 1940, movimentos de educação popular, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a expansão do ensino superior. E o último entrevistado enfatiza a importância da criação da LDB como um marco influente na história da educação brasileira e sua repercussão na atualidade.

A diversidade de respostas destaca a complexidade da relação entre a História da Educação Brasileira e o fazer docente. Enquanto alguns veem a importância de maneira mais abstrata, outros a relacionam diretamente com desafios e fundamentos para compreender a educação atual.

A variedade de aspectos identificados como influenciadores na educação contemporânea evidencia a riqueza e a multiplicidade de elementos históricos que moldaram o sistema educacional brasileiro.



Conclusão

Na análise das respostas às questões 6 e 7, os participantes destacaram a importância do estudo da História da Educação Brasileira para o fazer docente. As justificativas variam, indo desde a compreensão dos avanços e retrocessos da educação até a utilização da história como base para reflexões que visam a melhoria do ensino. Quanto aos aspectos da História da Educação no Brasil considerados de maior influência na educação atual, as respostas enfatizaram a desigualdade social, a formação dos professores, diferentes correntes pedagógicas, a instalação do conselho na década de 60, a massificação do ensino, a inclusão e a utilização da tecnologia como apoio ao ensino.

A herança deixada pelos jesuítas durante o período colonial, o descaso imperial e os desafios republicanos são mostrados como elementos que perpetuam desigualdades sociais e limitam o acesso à educação para as classes mais baixas. O estudo se estende à era Vargas, com as tentativas de modernização, e à época da ditadura, que trouxe repressão e retrocessos ao sistema educacional.

A trajetória histórica da matemática no Brasil foi representada desde o período colonial até os dias atuais, com ênfase no reconhecimento internacional. Porém, persistem desafios no ensino-aprendizagem desta disciplina.

A entrevista com professores de matemática veio para enriquecer o estudo, mostrando a percepção desses docentes sobre a importância da historicidade educacional brasileira. A diversidade de opiniões reflete o quanto é complexo este assunto, indo desde visões pragmáticas até abordagens que destacam a relevância do conhecimento histórico para problematizar objetivos educacionais em diferentes contextos.

O estudo da História da Educação Brasileira é percebido pelos docentes como fundamental, embora suas razões e percepções sobre os aspectos influenciadores na educação atual variem. A análise dessas respostas destaca a importância de abordagens históricas na formação docente, oferecendo subsídios para uma prática mais consciente e contextualizada.

De modo geral, o artigo destaca a diversidade da educação brasileira durante os períodos históricos e a importância da análise histórica na formação de professores. Ressalta a importância deste tipo de abordagem na promoção de uma prática educativa mais informada e contextualizada. Este estudo serve como ponto de partida para uma



análise mais aprofundada que nos ajudará a compreender as complexidades do sistema educacional brasileiro.

Referências

BÚRIGO, Elisabete Zardo. **A Matemática Escolar nos Tempos da Ditadura Militar: modernização imposta ou consentida?**. Anais do ENAPHEM-Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática, n. 2, p. 23-31, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA Jr., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2010.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

YIN, Robert K. *Case study research and Applications Design and methods*. 2018.

Recebido em: 20 / 01 / 2024

Aprovado em: 05 / 03 / 2024